

Taxa de Desemprego sobe para 5,8% em fevereiro

6,2 milhões de brasileiros ainda estão sem trabalho; 600 mil a mais que o trimestre anterior.

A taxa de desemprego no Brasil alcançou 5,8% no trimestre encerrado em fevereiro de 2026, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No trimestre anterior, encerrado em novembro de 2025, a taxa era de 5,2%.

O número de pessoas sem trabalho chegou a 6,2 milhões, aumento de aproximadamente 600 mil em relação ao trimestre anterior. Apesar da alta, o indicador ainda é o menor para trimestres encerrados em fevereiro desde o início da série histórica, em 2012.

A população ocupada totalizou 102,1 milhões de trabalhadores, queda de 0,8% em relação ao trimestre anterior, o equivalente a 874 mil postos a menos. Na comparação com o mesmo período de 2025, houve crescimento de 1,5 milhão de ocupados, mostrando que o emprego segue em nível historicamente elevado.

O recuo do emprego ocorreu principalmente em saúde, edu-

cação e construção civil. Parte da redução está ligada ao fim de contratos temporários, comuns no início do ano. Na educação, contratos relacionados ao calendário escolar e administrativo terminam entre dezembro e fevereiro. Na saúde, ocorre situação semelhante, com desligamentos temporários de profissionais contratados por horas ou por programas específicos. A construção civil também apresentou retração, com queda de aproximadamente 245 mil postos de trabalho no trimestre. Outros setores mantiveram estabilidade ou registraram pequenas variações, como comércio, indústria e serviços, que continuam respondendo por grande parte das ocupações do país.

Trabalho formal e informal

O número de trabalhadores do setor privado com carteira assinada permaneceu estável, em 39,2 milhões, representando



Saúde, Educação e Construção Civil foram mais responsáveis pelas demissões no início do ano

38% da população ocupada. Os empregados sem carteira assinada totalizaram 11,6 milhões, queda em relação ao trimestre anterior.

Os trabalhadores por conta própria chegaram a 26,1 milhões, enquanto empregadores somaram 4,2 milhões, sem mudanças. O número de empregados no setor público diminuiu, contribuindo para o aumento da taxa de desemprego.

Subutilização

A taxa de subutilização, que reúne desempregados, subocupados e pessoas disponíveis para trabalhar, mas que não procuram emprego, subiu de 13,5% para 14,1%, atingindo cerca de 16,1 milhões de pessoas. Entre os subocupados por insuficiência de horas, estavam 4,8 milhões de trabalhadores, quantidade praticamente estável frente ao trimestre anterior. Esse grupo representa pessoas que desejam trabalhar mais horas do que as que efetivamente têm.

Renda média

O rendimento médio real dos trabalhadores chegou a R\$ 3.679, novo recorde da série histórica da pesquisa. Houve crescimento de 2,0% em relação ao trimestre anterior e de 5,2% em relação ao mesmo período de 2025. A maior parte do aumento ocorreu entre trabalhadores formais do setor privado, mas também houve crescimento entre autônomos com rendimentos mais estáveis.

Sexo e idade

O desemprego entre homens subiu para 5,4%, enquanto entre mulheres chegou a 6,3%. Entre jovens de 18 a 24 anos, a taxa permanece mais alta, em 14,7%, e entre pessoas de 25 a 49 anos, ficou em 4,7%. Para os trabalhadores com 50 anos ou mais, o índice foi de 3,8%. O IBGE destaca que oscilações no emprego no início do ano são comuns, principalmente devido ao término de vagas tempo-

rárias abertas no final do ano anterior. Apesar da alta recente, o mercado de trabalho mantém níveis baixos de desemprego, aumento da renda média e recuperação em relação ao mesmo período do ano anterior.

Série histórica

Na série histórica, iniciada em 2012, o nível mais alto de desemprego foi registrado em 2020, durante a pandemia de Covid-19, quando o índice chegou a 14,7% no trimestre encerrado em junho, refletindo fechamento de empresas e restrições à atividade econômica. Antes disso, os maiores patamares ocorreram entre 2016 e 2017, com desemprego acima de 12%, em consequência da recessão econômica. O nível mais baixo da série ocorreu em 2022 e 2023, quando a taxa caiu para 4,9% a 5,0%, período de recuperação econômica e aumento do emprego formal.

Estudo de economistas questiona tese de pleno emprego no Brasil

Fabiano Rocha

Apesar das baixa taxa de desemprego no país, o Brasil ainda está distante de uma situação de pleno emprego, segundo estudo dos economistas Arthur Welle, Carolina Trancoso Baltar, Guilherme Madcaretti Proença e Marcelo Manzano, publicado em dezembro de 2025, pela Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES) em parceria com pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), do Instituto de Economia da Unicamp. A análise aborda o conceito econômico de “pleno emprego” e aponta limites na aplicação direta dessa ideia à realidade brasileira.

Dados mais recentes do IBGE indicam que a taxa de desocupação ficou em 5,8% no trimestre encerrado em fevereiro. O indi-

cador é calculado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua com base na média de três meses consecutivos — neste caso, dezembro de 2025 a fevereiro de 2026 —, já que o instituto não divulga resultados mensais isolados.

O taxa de desemprego do trimestre passado, de 5,4%, indicava que de 5,9 milhões de pessoas desocupadas no período encerrado em janeiro, refletindo a melhora do mercado de trabalho no início de 2026 — cenário que serve de base de estudo para a discussão apresentada pelos pesquisadores. Mesmo com o indicador em níveis reduzidos, os autores afirmam que “a taxa de desemprego, isoladamente, não é suficiente para indicar um mercado de trabalho plenamente aquecido”.



Parte dos trabalhadores brasileiros segue na informalidade

Segundo o estudo, “a avaliação precisa considerar fatores como informalidade, subutilização da força de trabalho e qualidade das ocupações”. Os pesquisadores destacam que “parte relevante

dos trabalhadores permanece em postos informais, com jornadas reduzidas ou renda instável, o que revela a existência de capacidade ociosa no mercado laboral”. A publicação mostra que, “em-

bora o desemprego aberto tenha recuado nos últimos anos, indicadores mais amplos apontam fragilidades estruturais”. Entre essas fragilidades está a taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui pessoas que gostariam de trabalhar mais horas ou que desistiram temporariamente de procurar emprego.

Na avaliação dos pesquisadores, essas condições dificultam a comparação do Brasil com economias desenvolvidas, onde o conceito foi originalmente formulado. Os autores concluíram também que “a melhora recente dos indicadores não elimina vulnerabilidades estruturais e reforça a necessidade de indicadores mais amplos para orientar diagnósticos econômicos e decisões de política pública”.